

Reestruturação urbano-Regional em São Paulo: falácias e fantasias do apocalipse industrial metropolitano

Rogério dos Santos Acca*

Resumo: Este artigo busca discutir com a literatura recentemente produzida para dar conta dos padrões de reestruturação urbano-industrial em São Paulo. Entendendo as metrópoles como espaços de produção pós-industrial, a literatura sobre as *ciudades globais* observa uma tendência de crescimento vertiginoso do setor de serviços na esteira da intensificação do papel do capital financeiro como elemento dinâmico basilar de uma nova economia. Assim, as cidades globais centralizariam os grandes conglomerados do setor financeiro que se tornam extremamente dependentes da infra-estrutura, da mão-de-obra altamente especializada e da disponibilidade de informações presentes nos grandes centros urbanos. Nesse sentido, o setor de serviços – dinamizado pelo setor financeiro, basicamente – tenderia a superar a indústria em termos de geração de dinamismo econômico e social nos conglomerados urbanos. Contudo, os padrões recentes da produção metropolitana paulista indicam que a indústria continua sendo o elemento central na dinâmica territorial da RMSP, evidenciando que estamos distantes de um apocalipse da indústria, possibilitado pelo deslocamento dos setores-chave da economia.

Palavras-chave: desenvolvimento regional, industrialização, urbanização, cidades globais.

* Aluno de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Este artigo visa apresentar as primeiras conclusões de uma pesquisa voltada ao estudo da persistência da indústria como motor do desenvolvimento no território metropolitano paulista.

A tarefa mais árdua desta fase inicial de pesquisa foi a confrontação com a literatura predominante acerca das novas configurações dos espaços urbanos, segundo a qual uma nova era baseada nos fluxos globais de capital e informação transformaria o papel produtivo das metrópoles em todo o mundo, conduzindo-as, inexoravelmente, a uma etapa histórica pós-industrial, na qual as velhas engrenagens das manufaturas abandonariam os espaços urbanos para dar lugar ao setor financeiro de serviços modernos como elementos dinâmicos do território. Além disso, buscamos, por intermédio de uma orientação teórica e empírica alternativa, combater a idéia de que o caráter global das metrópoles seria capaz de agir, de modo ubíquo, como força motriz do desenvolvimento socioeconômico metropolitano.

Assim, os resultados preliminares obtidos nos encaminham para uma outra perspectiva acerca do desenvolvimento socioeconômico da região metropolitana de São Paulo (RMSP). Em primeiro lugar, devemos considerar que a dinâmica mais recente da acumulação capitalista, estribada num grau mais acentuado de internacionalização e integração das atividades econômicas, não foi capaz de engendrar circuitos de acumulação de capital que deslocassem a indústria para um papel secundário.

Dessa forma, os fluxos de investimentos diretos estrangeiros, a desregulamentação do setor financeiro nacional, a frenética busca de ganhos em curto prazo nas principais bolsas de valores do mundo subdesenvolvido e a expansão do escopo das empresas transnacionais revelaram-se componentes causais ineficazes que nos possibilitassem assegurar que um novo espaço urbano, impulsionado pelo setor financeiro e pelo terciário intensivo em informação e conhecimento, surgiria nesse novo arranjo econômico. O modo de inserção do Brasil no capitalismo globalizado tem sido tíbio demais para que uma metrópole buscasse nos serviços modernos, no setor financeiro e no comando corporativo seu dinamismo e as forças motoras de seu desenvolvimento.

Em segundo lugar, as heranças das políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelo Estado brasileiro são referências causais fundamentais para o entendimento da predominância da RMSP como o espaço produtivo mais dinâmico do país. Percorrendo

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

os dados da avassaladora participação metropolitana no valor de transformação industrial (VTI) nacional, concluímos que as conexões causais que explicam as atuais configurações produtivas encontram-se tanto na acumulação primitiva industrial proporcionada pela transferência de renda do setor cafeeiro para a indústria, no início da década de 30, quanto no reforço da primazia produtiva paulista com as políticas de cunho desenvolvimentista que ganharam corpo em meados da década de 50, marcando um novo tipo de aliança entre o capital estrangeiro, o Estado brasileiro e o capital privado nacional.

Destarte, a denominada fase pesada da industrialização brasileira, *caeteris paribus*, só poderia acontecer em São Paulo, pois as bases formadas pela economia cafeeira representavam vantagens comparativas importantes demais para serem desprezadas pelas companhias multinacionais que se aglomeraram em torno da metrópole paulista. Nos termos de Schiffer (1999: 89):

[...] a segunda metade da década de 1950 se caracterizou pela implantação de uma nova fase da industrialização brasileira denominada "industrialização pesada", pois se destinava a incrementar a fabricação de bens de consumo e de produção. Processo esse no qual se consolidou a posição de liderança do Estado de São Paulo na economia nacional, aumentando as diferenciações socioeconômicas inter-regionais na medida em que reforçou a desigual implantação das condições de homogeneização do espaço econômico [...] Territorialmente esse estágio da industrialização brasileira significou uma concentração de capital de atividades produtivas justamente onde já estava implantado o maior parque industrial do país.

A construção histórica de forças centrípetas industriais na RMSP, com pesados investimentos em infra-estrutura básica e em setores intensivos em capital, constitui-se na principal herança produtiva metropolitana, que não tem sido apagada pelas supostas forças irresistíveis da globalização das atividades econômicas.

Em terceiro lugar, como conseqüência direta dessa herança, buscaremos demonstrar que a metrópole converteu-se no centro

irradiador do desenvolvimento industrial brasileiro, uma vez que a análise dos dados de produção industrial não nos revela formações substanciais de espaços produtivos afastados do peso da malha produtiva metropolitana. Assim, uma parcela substancial do VTI brasileiro é produzida numa macroaglomeração urbano-industrial que não ultrapassa um raio de aproximadamente 155km da capital paulista (AZZONI, 1986). Ademais, cabe observar que os dados do produto industrial paulista mantêm praticamente os mesmos níveis de produção do VTI verificados em meados da década de 80 (IBGE, 2002).

Contudo, a percepção de que a indústria se constitui no motor do desenvolvimento territorial no estado de São Paulo não anula o fato de que o setor de serviços avançados e o setor financeiro encontram na metrópole espaços privilegiados de localização, visto que, na RMSP, encontram-se as sedes das principais multinacionais implantadas no Brasil e dos principais bancos nacionais e estrangeiros. Dessa forma, sob nosso enfoque de análise, os recentes movimentos de liberalização dos mercados financeiros internacionais e de desregulamentação do setor financeiro nacional apenas reforçam o papel da metrópole paulista como ponto de ancoragem dos capitais estrangeiros que atacam no Brasil.

Diante disso, as heranças produtivas da RMSP plasmam uma espacialidade híbrida, visto que a consolidação do setor de serviços avançados e dos circuitos de acumulação do capital financeiro não é capaz de promover uma sucessão setorial na metrópole, na qual o segmento manufatureiro entraria em inevitável declínio como motor do desenvolvimento territorial metropolitano. Tendo em vista o baixo grau de internacionalização da economia brasileira (UNCTAD, 2002a; UNCTAD, 2002b), os setores apontados por vários pesquisadores urbanos como os novos dinamos da economia urbana – quais sejam, os serviços modernos e as movimentações financeiras globais – apresentam, evidentemente, um desempenho pífio quando comparados com as *cities* financeiras internacionais, como Nova York e Londres. Assim, o caráter global da metrópole paulista parece estar longe de se transformar no carro-chefe da economia regional, como muitos pesquisadores observam (cf. MARQUES e TORRES, 2000).

Partindo desse conjunto de questões, este trabalho organiza-se em torno de três objetivos basilares, a saber: (i) versar sobre

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

possibilidades teóricas alternativas que visualizem as regiões como atores específicos no âmbito do regime de acumulação capitalista, de modo que os impactos da expansão capitalista global não oferecem uma tendência de convergência socioeconômica entre as metrópoles do globo; (ii) mostrar que os padrões da globalização apontados pela literatura internacional como fatores causais basilares na explicação da transição metropolitana para uma era pós-industrial – dos serviços e das finanças (SASSEN, 1998) – não agem com a mesma intensidade na RMSP, motivando-nos a buscar hipóteses de trabalho alternativas para o estudo da metrópole; e (iii) analisar as configurações produtivas recentes da RMSP, demonstrando o extremo dinamismo da indústria no território e a formação de um macroespaço de produção urbano-industrial como resultado da expansão da malha produtiva metropolitana.

1. A geografia das multinacionais e dos investimentos diretos estrangeiros: o apocalipse industrial metropolitano é mesmo inevitável?

É lícito supor, a partir das inquietações até aqui apontadas, que as estratégias das multinacionais não atribuem a São Paulo um peso importante em termos de comando estratégico, o qual é operado nas cidades em seus países-sede, de maneira que os escritórios dos países subdesenvolvidos praticamente se limitam a seguir as estratégias formuladas no exterior. Assim, o termo “centro de comando corporativo” (*corporate headquarter*) assume um sentido distinto e distorcido quando aplicado às metrópoles latino-americanas, principalmente porque as filiais administrativas das multinacionais nessas cidades realizam funções distintas – o que temos aqui são, por certo, centros de decisão, mas atrelados a diretivas estabelecidas internacionalmente e sobre as quais as subsidiárias praticamente não têm controle, o que cria um problema na transposição da tese da cidade global para contextos periféricos. Seria absurdo, por exemplo, que uma empresa alemã, com sede em Frankfurt, atribuísse funções de elaboração de estratégias corporativas globais à sua subsidiária na Cidade do México. A empresa pós-nacional é um mito (MAIR, 1997).

Destarte, se a natureza das funções de comando das multinacionais são distintas no mundo subdesenvolvido, não vemos qualquer razão para que adotemos uma terminologia elaborada para as cidades globais, cuja lógica de aglomeração dos serviços modernos é completamente distinta. Além disso, o perfil das empresas brasileiras não lhes permite uma inserção mais intensa no capitalismo global, uma vez que seu faturamento atinge níveis medíocres quando comparados a grandes conglomerados internacionais. Nesse sentido, torna-se difícil entender quais são exatamente as funções de comando do capitalismo globalizado que a RMSP exerce, apesar da busca frenética de vários grupos de pesquisadores pela caracterização dos atributos metropolitanos.

Não é por acaso que as cidades globais (SASSEN, 2001b), ou cidades mundiais de primeira ordem (BEAVERSTOCK et al., 1999), estão localizadas nos países que possuem as maiores empresas transnacionais. Os Estados Unidos possuem 24 das 100 maiores transnacionais em atividade no mundo hoje, ao passo que o Reino Unido conta com 14 e o Japão com 16. Esta tríade possui 54 das 100 maiores empresas multinacionais do mundo. A América Latina, por sua vez, conta com apenas duas empresas entre as 100: a mexicana CEMEX (76ª) e a Petróleos de Venezuela – PDVSA (97ª) (UNCTAD, 2002).

Portanto, claro está que o movimento de expansão das atividades globais das maiores empresas multinacionais do mundo reforçaria o papel das principais cidades nos países do bloco desenvolvido como centros estratégicos da atuação de seus tentáculos planetários. No entanto, é complexo afirmar que um movimento desse tipo poderia ensejar uma profunda transformação da natureza das metrópoles da chamada periferia, principalmente quando consideramos o parco número de empresas transnacionais de porte sediadas nos países em desenvolvimento e as estratégias de expansão das transnacionais, que promovem diferentes impactos espaciais na medida em que os mecanismos de acumulação no espaço variam conforme a região considerada. Se quisermos tomar em conta a inserção das regiões econômicas como espaços de acumulação do capital, devemos observar o que Knox & Agnew (1998) denominaram

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

¹ Esperamos ter deixado claro que este trabalho evitará tomar a globalização como ponto de partida para a explicação da dinâmica socioeconômica do território. Doravante, concentrar-nos-emos no esforço de inverter o movimento das análises que compõem o *mainstream* dos estudos regionais atualmente. Sob nosso enfoque, a perspectiva de que a globalização seria uma espécie de Besta do Apocalipse contra a qual pouco ou nada se pode fazer e que estamos diante de um movimento inevitável o qual molda os espaços econômicos segundo sua lógica implacável (que, inevitavelmente, conduziria as metrópoles à prevalência do terciário moderno e a desindustrialização) será combatida com a apropriação (e até mesmo a construção) de uma linguagem de pesquisa que nos permita visualizar o espaço como possuidor de sua própria história. Se quisermos captar com acurácia o “mundo real” do espaço metropolitano, devemos olhar para a nossa própria realidade e engendrar os nossos próprios caminhos, pois, como observa Moulaert (2000:15): “[...] the ‘globalization thesis’ is above all an ideology that poisons creative policy-making, because public and private strategists have appropriated its logic to the extent that it paralyses their autonomy in local development choices that emasculates the autonomy of public and private actors who are captive to its logic.”

hierarquias locacionais de atividade, as quais apresentam o seguinte arranjo espacial:

- (i) concentração localizada de atividades gerenciais de alto nível nas cidades mundiais e globais;
- (ii) concentrações menores de atividades de gerenciamento e administração em grandes áreas metropolitanas em países centrais e nas principais cidades nos Novos Países Industrializados (NIC’s) e em países periféricos;
- (iii) aglomerações intensivas em pesquisa e desenvolvimento (P&D) localizadas em meios inovadores (ou tecnopólos) nos países centrais;
- (iv) regiões especializadas em produtos de alta tecnologia localizadas principalmente nos países do centro; e
- (v) descentralização da produção padronizada – menos intensiva em inovação e *design* para as regiões periféricas dos países mais desenvolvidos e para as áreas metropolitanas dos NIC’s e outros países periféricos (KNOX; AGNEW, 1998: 205).

Diante dessas colocações, não há evidências empíricas, até o momento, que justifiquem – mesmo como tendência – que a RMSP poderia apostar suas fichas no terciário moderno como carro-chefe de sua economia. Por essa razão, também julgamos incompreensível o desdém de boa parte das pesquisas pela enorme vitalidade que a indústria paulista vem apresentando nas últimas décadas, tendo a RMSP como o centro produtivo mais importante tanto regional como nacionalmente (ver MATTEO; TAPIA, 2002).

Nesse sentido, qualquer tentativa de classificar São Paulo como uma cidade global tende a esbarrar no fato de que os impactos da lógica de organização das empresas transnacionais e dos fluxos globais de capital e informação não exercem um efeito causal primordial sobre a dinâmica econômica metropolitana.¹ Dessa maneira, se os padrões empíricos a que nos referimos são totalmente distintos no tempo e no espaço, não faz sentido utilizarmos o mesmo arcabouço teórico para explicar esses padrões. A vertente explicativa que adotamos para compreender o dinamismo socioeconômico da metrópole paulista anda, portanto, na contramão do *mainstream* da pesquisa urbano-regional atual, posto que tomaremos a indústria, e

não o setor financeiro, como o motor do desenvolvimento urbano e regional no estado de São Paulo.

Complementando a análise da geografia das multinacionais e do setor financeiro internacional, um dos principais argumentos utilizados para justificar o deslocamento do setor dinâmico da economia metropolitana da indústria para o setor financeiro e os serviços modernos remete-se aos crescentes fluxos de investimentos diretos estrangeiros (IDE) por meio do globo.

Todavia, entendemos que uma análise mais cuidadosa do IDE tanto em termos globais quanto em termos nacionais não nos permite identificar a ação de um fator causal inexorável sobre a transformação da base dinâmica da economia da principal metrópole brasileira. Em primeiro lugar, os graus de concentração do IDE num grupo seletivo de países desenvolvidos (ver Tabelas 1 e 2) nos possibilita afirmar que os fluxos globais de investimento não serão capazes de promover uma convergência de todas as metrópoles mundiais para um modo de desenvolvimento estribado nos serviços modernos e no setor de finanças.

Evidentemente, a elevação dos fluxos de IDE pelo mundo só tende a reforçar as metrópoles que já exercem um papel de organização estratégica e estrutural do capitalismo globalizado, onde esses fluxos intensos de capitais transitam em maior volume, visto que as idas e vindas do IDE se dão basicamente entre países desenvolvidos. Não é esse o caso de metrópoles como São Paulo e Cidade do México, por exemplo, pois os níveis de IDE movimentados pelos dois países são pífios quando comparados com o bloco das nações desenvolvidas. Destarte, as chamadas geografias da globalização são também geografias de desigualdade, pois os padrões do IDE nivelados revelam que o fosso entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos tende a aprofundar-se dramaticamente (ver Tabelas 1 e 2).

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Tabela 1 – Distribuição Regional dos Fluxos de Investimentos Diretos Externos (I) Em US\$ bilhões

Região/País	Entrada de Fluxos (FDI inflows)						
	1989-1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (média)
Países desenvolvidos	137.1	203.5	219.7	271.4	483.2	829.8	1005.2
Europa Ocidental	79,8	117.2	114.9	137.5	273.4	485.3	633.2
União Européia	76.6	113.5	109.6	127.6	261.1	467.2	617.3
Outros países	3.1	3.7	5.2	9.9	12.3	18.2	15.8
Japão	1.0	–	0.2	3.2	3.3	12.7	8.2
Estados Unidos	42.5	58.8	84.5	103.4	174.4	295.0	281.1
Países em desenvolvimento	59.6	113.3	152.5	187.4	188.4	222.0	240.2
África	4.0	4.7	5.6	7.2	7.7	9.0	8.2
América Latina e Caribe	17.5	32.3	51.3	71.2	83.2	110.3	86.2
Ásia e Pacífico	37.9	75.9	94.5	107.3	95.9	100.0	143.8
Ásia	37.7	75.3	94.4	107.2	95.6	99.7	143.5
Ásia ocidental	2.2	–	2.9	5.5	6.6	0.9	3.4
Ásia central	0.4	1.7	2.1	3.2	3.0	2.6	2.7
Sul, leste e sudeste asiático	35.1	73.6	89.4	98.5	86.0	96.2	137.2
Sul da Ásia	0.8	2.9	3.7	4.9	3.5	3.1	3.0
Pacífico	0.2	0.6	0.2	0.1	0.3	0.3	0.3
Europa em desenvolvimento	0.2	0.5	1.1	1.7	1.6	2.7	2.0
Europa central e do leste	3,4	14.3	12.7	19.2	21.0	23.2	25.4
Mundo	200.1	331.1	384.9	477.9	692.5	1075.0	1270.8

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), *World Investment Report 2001: promoting linkages*

Tabela 2 – Distribuição Regional dos Fluxos de Investimentos Diretos Externos (II)
Em US\$ bilhões

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Região/País	Saída de Fluxos (FDI outflows)						
	1989-1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000 (média)
Países desenvolvidos	203.2	305.8	332.9	396.6	672.0	945.7	1046.3
Europa Ocidental	114.2	173.6	204.3	242.4	475.2	761.1	820.3
União Européia	105.2	159.0	183.2	220.4	454.3	720.1	772.9
Outros países	9.0	14.6	21.1	22.0	21.0	41.1	47.4
Japão	29.6	22.5	23.4	26.1	24.2	22.7	32.9
Estados Unidos	49.0	92.1	84.4	95.8	131.0	142.6	139.3
Países em desenvolvimento	24.9	49.0	57.6	65.7	37.7	58.0	99.5
África	0.9	0.5	0.0	1.7	0.9	0.6	0.7
América Latina e Caribe	3.7	7.3	5.5	14.4	8.0	21.8	13.4
Ásia e Pacífico	20.3	41.1	51.9	49.4	28.7	35.5	85.3
Ásia	20.3	41.1	51.9	49.4	28.6	35.4	85.2
Ásia ocidental	0.3	-1.0	2.3	-0.3	-1.7	0.7	1.3
Ásia central	--	0.3	0.0	0.2	0.3	0.3	0.3
Sul, leste e sudeste asiático	20.0	41.8	49.7	49.5	30.0	34.4	83.6
Sul da Ásia	--	0.1	0.3	0.1	0.1	0.1	0.3
Pacífico	--	--	--	--	0.1	0.1	0.0
Europa em desenvolvimento	--	--	0.1	0.2	0.1	0.1	0.1
Europa central e do leste	0.1	0.5	1.0	3.4	2.1	2.1	4.0
Mundo	228.3	355.3	391.6	466.0	711.9	1005.8	1149.9

Fonte: United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), *World Investment Report 2001: promoting linkages*

Dessa maneira, a conexão causal entre IDE e transição do setor dinâmico metropolitano para o terciário moderno e para as finanças só agirá nos espaços urbanos que concentram, historicamente, atividades de comando das multinacionais e do setor financeiro internacional. Corroborando essa afirmação, podemos realizar uma decomposição setorial do IDE no Brasil para atingir uma conclusão totalmente distinta daquela proposta pelos adeptos das cidades globais ou mundiais. Contrariamente aos padrões setoriais dos investimentos diretos estrangeiros apresentados para os países desenvolvidos – nos quais se observou um volume crescente de investimentos no setor terciário moderno –, o caso brasileiro revela que o IDE impulsionou as engrenagens do setor industrial e, conseqüentemente, ajudou a construir as forças centrípetas que hoje fazem da metrópole paulista a principal malha produtiva nacional.

Tabela 3 – Composição Setorial dos Investimentos Diretos Estrangeiros no Brasil. Indústria x Serviços (1980-2000)
Em US\$ milhões e porcentagem

<i>Setor/Anos</i>	<i>1980</i>	<i>1981</i>	<i>1982</i>	<i>1983</i>	<i>1984</i>	<i>1985</i>
Indústria	13005,43	14253,63	15493,77	16384,56	17126,58	19181,9
Serviços	3469,65	3922,95	4452,82	4652,82	4387,26	4979,8
<i>Setor/Anos</i>	<i>1986</i>	<i>1987</i>	<i>1988</i>	<i>1989</i>	<i>1990</i>	<i>1991</i>
Indústria	21040,26	23722,72	22772,34	24389,63	25729,24	26156,19
Serviços	5331,28	6051,95	7210,94	7945,27	9321,92	10153,3
<i>Setor/Anos</i>	<i>1992</i>	<i>1993</i>	<i>1994</i>	<i>1995</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>
Indústria	25571,32	27305,15	28955,05	27907,09	1740,02	2036,5
Serviços	12037,63	17278,64	25319,87	12863,54	5814,89	12818,43
<i>Setor/Anos</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>			
Indústria	2766,41	7002,32	5087,44			
Serviços	20361,94	20147,05	24139,49			
<i>Setor de Atividade</i>	<i>Total período 1980-1990</i>			<i>Porcentagem do IDE</i>		
Indústria	213100,06			73,07%		
Serviços	61726,66			21,16%		
<i>Setor de Atividade</i>	<i>Total período 1991-2000</i>			<i>Porcentagem do IDE</i>		
Indústria	154527,49			47,18%		
Serviços	160934,78			49,13%		
<i>Setor de Atividade</i>	<i>Total período 1980-2000</i>			<i>Porcentagem do IDE</i>		
Indústria	367627,55			59,37%		
Serviços	222661,44			35,96%		

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração do autor

A afirmação de que os investimentos diretos estrangeiros contribuíram para reforçar a densidade produtiva industrial no Brasil ganha consistência se observarmos que, em termos históricos, os investimentos diretos estrangeiros foram majoritariamente direcionados ao setor manufatureiro da economia. Nesse sentido, a perspectiva analítica segundo a qual os massivos investimentos diretos estrangeiros no setor terciário estariam promovendo uma transição do setor dinâmico das economias metropolitanas para os serviços e as finanças não pode ser estendida para a RMSP, uma vez que os dados históricos no IDE no Brasil revelam que esses investimentos reforçaram a indústria como setor dinâmico. Embora não disponhamos, neste momento, de dados que nos permitam estimar qualitativa e quantitativamente o IDE na RMSP, é lícito supor que os investimentos diretos estrangeiros contribuíram para o reforço dos espaços de produção situados no estado de São Paulo, já que este concentra 45,3% do VTI industrial nacional (IBGE, 2002). Em outros termos, se o principal parque produtivo industrial encontra-se em São Paulo, evidentemente teremos este estado – e principalmente a RMSP, com sua densa concentração de empresas multinacionais – como o maior receptor de investimentos industriais, ainda que devamos buscar dados mais precisos sobre a entrada de IDE no estado de São Paulo para confirmar com acuidade essa assertiva.

A decomposição setorial do IDE no Brasil indica que, entre os anos de 1980 e 2000, 59,37% desse tipo de investimento foi direcionado à indústria, ao passo que 35,96% foram destinados ao setor de serviços. Se realizarmos esse exercício de decomposição setorial do IDE para a década de 80, vamos notar que 73,07% do volume de IDE foram alocados na indústria, enquanto apenas 21,16% tiveram como destino final o setor terciário (ver Tabela 3). O padrão de inversão setorial do IDE no Brasil só ocorre após 1996, ano em que o setor de serviços passa a dominar o quadro de investimentos diretos estrangeiros para o país.

No entanto, uma análise um pouco mais detalhada da dinâmica do IDE nos segmentos que compõem o setor de serviços indicará uma profunda relação causal entre o programa de desestatização

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

levado a cabo pelas elites políticas que dominaram o estado brasileiro entre 1995 e 2002. Assim, os setores que mais receberam investimentos diretos estrangeiros foram exatamente os mais diretamente atingidos tanto pelo processo de privatizações quanto pela liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros nacionais.

Entre 1996 e 2000, os dados do IDE no Brasil indicam que apenas três setores do terciário foram responsáveis pela atração de 50,09% de todos os investimentos diretos realizados no país durante esses anos, a saber: correio e telecomunicações (21,89%), intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada (15,35%) e eletricidade, gás e água quente (12,85%). Mas, sob nossa perspectiva de análise, longe de indicar um deslocamento dos setores dinâmicos da economia para os serviços modernos e as atividades financeiras, esses dados apenas mostram um movimento de reorganização da economia brasileira nos últimos anos a partir de um enfoque baseado na abertura dos mercados e no enxugamento do Estado. Diante dos dados de IDE que se nos apresentam, não há evidências de que o setor de serviços estaria se transformando no principal setor da economia tampouco gerando impactos profundos na organização socioeconômica da principal metrópole brasileira no sentido de uma transição setorial à moda das cidades globais (COMIN; AMITRANO, 2003). Além disso, cabe enfatizar que esses investimentos não estão direcionados para o fortalecimento de um setor terciário moderno ou do segmento de finanças, visto que o grosso do IDE a partir de 1996 dirigiu-se aos setores de infra-estrutura – basicamente abastecimento de energia e telecomunicações, os quais, juntos, somaram 37,74% do IDE no período de 1996 a 2000.

Do mesmo modo, os investimentos maciços no setor financeiro não podem ser explicados como um movimento de transição para uma era pós-industrial baseada nos serviços intensivos em conhecimento e nas finanças como motores do desenvolvimento.

No caso brasileiro, tratou-se da reorganização do setor bancário que, em meados da década de 90, teve suas portas abertas para o capital estrangeiro, de modo a impulsionar intensos investimentos principalmente nos denominados bancos de varejo.

Concluindo, é possível afirmar, em primeiro lugar, que os padrões quantitativos e qualitativos do IDE no Brasil se referem muito mais à dinâmica interna do país do que propriamente ao seu caráter global e, em segundo lugar, esses investimentos tiveram um impacto muito mais sensível sobre a atividade industrial brasileira do que sobre o terciário moderno globalizado – padrão que se manteve nos anos recentes, pois a soma do IDE na indústria, em termos históricos, supera consideravelmente os investimentos no setor terciário.

Doravante, a construção de uma linguagem de pesquisa com base nos pressupostos que vimos explicitando até aqui se torna necessária para que possamos fugir de visões simplistas dos impactos da globalização sobre a atual configuração espacial da economia territorial paulista, que encontra na metrópole seu centro irradiador de desenvolvimento industrial e, ao mesmo tempo, o centro de serviços modernos mais denso da América Latina, juntamente com a Cidade do México (BEAVERSTOCK et al., 1999).

A inserção da indústria na análise como motor do desenvolvimento envolve a consideração cautelosa da trajetória dos circuitos de acumulação de capital no território e de como esses circuitos tornaram-se cada vez mais complexos, de sorte que não podemos nos valer de análises monocausais que obscurecem a realidade que buscamos desnudar. Além disso, é importante perceber que as metáforas comumente utilizadas para dar conta do funcionamento das metrópoles não se revelaram adequadas diante da extrema diversidade metropolitana que paira sobre o globo terrestre em termos de seus arranjos sociais e produtivos.

A complexa e diversa combinação regulatória das regiões e metrópoles não deve ser inserida numa só lógica de acumulação, como se as cidades e regiões fossem máquinas com componentes estruturais similares que respondessem da mesma forma aos desafios impostos pelas transformações da lógica de acumulação capitalista. Desse modo, temos uma lacuna teórica que só pode ser evitada com uma outra perspectiva de análise do território que toma as regiões como espaços de acumulação de capital, os quais podem ser engendrados por diferentes processos sociais, econômicos e históricos, nos quais a acumulação capitalista pode ser organizada de diferentes

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

formas – ou seja, a partir de diferentes combinações das estruturas produtivas, formas de organização e exploração do trabalho, graus distintos de inovação, vínculos das empresas com as regiões onde se implantam e, por fim, formas de atuação do capital financeiro e dos investimentos transnacionais.

Nos termos de Storper, boa parte das teorias que procuram dar conta do espaço urbano

[...] conceive of the city as a machine, by which is meant a geographically dense economic system that functions according to the laws of a kind of urban-economic physics. The changes with which urbanists are concerned – in economy and society – are then viewed as the result of a change in the motive power of a machine, from national capitalism to global capitalism, and from manufacturing to services (STORPER, 1997:222).

De acordo com Storper (1997:223), são quatro as “máquinas” que compõem o *mainstream* das análises contemporâneas da dinâmica socioeconômica do espaço urbano, a saber: (i) a cidade como a máquina do capital financeiro global ou a cidade global-dual (uma mistura das proposições teóricas de Manuel Castells e Saskia Sassen), (ii) a cidade como a máquina das empresas transnacionais ou a cidade mundial, (iii) a cidade como a máquina de processamento de informações ou a cidade da informação e (iv) a cidade como a máquina das estruturas de produção flexíveis ou a cidade pós-fordista.

Essas concepções de Storper (1997) são condizentes com o enfoque sob o qual buscamos orientar este trabalho, qual seja, evitar determinismos causais e simplificações que vêem a cidade como um organismo funcional que reage da mesma forma aos mesmos impulsos de uma economia internacionalizada. Não obstante, reafirmamos que a “alma” regional formada por combinações de processos históricos, sociais e institucionais faz com que as regiões e cidades reajam distintamente às transformações da economia globalizada, até porque as várias megalópoles não convergem para o mesmo tipo de estrutura produtiva. Assim, se algumas cidades são centros globais de atividades financeiras, de consultoria empresarial internacional, de agências de avaliação de risco, outros aglomerados

metropolitanos podem organizar-se em torno de atividades industriais e como centros de articulação do mercado interno, como no caso de São Paulo (ver CANO, 1998) – ainda que, no caso da RMSP, essa afirmação não signifique negar a presença forte de um setor terciário moderno que se liga umbilicalmente ao aparelho produtivo regional e nacional, e também aos fluxos internacionais da economia, mesmo que numa intensidade menor (SCHIFFER, 2002; NEGRI; PACHECO, 1994).

Claro está, portanto, que os problemas empíricos e teóricos levantados até este momento só podem ser combatidos a partir de abordagens que levem em consideração alguns fatores basilares.

Em primeiro lugar, devemos tomar como referência a intervenção do Estado na configuração das formas urbanas. Do ponto de vista que privilegiamos, entendemos que as políticas nacionais de desenvolvimento adotadas pelo Estado brasileiro engendraram economias de aglomeração metropolitanas que, de modo algum, têm permitido um desburocratamento da atividade industrial no espaço urbano paulista. Assim, partiremos do pressuposto de que a economia metropolitana é resultado da combinação de forças centrípetas (ou de atração) e centrífugas (ou de repulsão) diretamente relacionadas às estratégias espaciais adotadas pelo Estado desde os primórdios da industrialização brasileira.

Como observam Geiger & Davidovich (1986), o Estado brasileiro foi o principal agente na estruturação da ordem espacial nacional para atingir seus objetivos políticos e econômicos. Assim, a construção das regiões como espaços de acumulação do capital foi impulsionada pelo Estado a partir de intensos movimentos de intervenção, tendo como base as políticas industriais. Nesse sentido, entendemos que as idéias com as quais iniciamos esta seção ganham consistência empírica e teórica na medida em que só podemos compreender a natureza do espaço se focarmos as trajetórias históricas nacionais e regionais, por um lado, e os agentes que contribuem para a configuração dos espaços, por outro lado, como mecanismos diferenciados no processo de acumulação capitalista.

Reafirmamos, dessa forma, que as regiões não tendem a convergir para as mesmas configurações produtivas porque as heranças das estratégias espaciais alavancadas pelo Estado – na sua

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

aliança com outros setores da sociedade – não são facilmente apagadas pelas supostas forças irresistíveis da globalização. Destarte,

[...] in a developing country, when maintenance of the accumulation process can no longer be based only on land rent or commercial capital, new state policies are necessary to provide the continuity of industrialization [...] the state was called to act either implicitly or explicitly on various aspects of the accumulation-space relationship, in order to allow a given spatial order to achieve its potential [...] The state thus became more involved in territorial organization. For instance, it promoted concentrated urbanization (GEIGER; DAVIDOVICH, 1986:295).

As heranças dessas políticas nacionais de desenvolvimento sentem-se na extrema concentração industrial verificada em torno de um espaço econômico gerado a partir da RMSP como centro irradiador, cujo espectro radial não ultrapassa os 155km da capital paulista.

Na evidente tensão existente entre as políticas industriais e as políticas regionais, notamos que, no que diz respeito à RMSP, as economias de aglomeração têm vencido a batalha contra a distribuição mais equilibrada da atividade econômica no espaço. Nesse sentido, aponta Markusen (1995) que os limites das políticas de descentralização regional encontram sempre uma forte barreira nas economias de aglomeração engendradas a partir de ações estatais anteriores.

“Industrial policy can influence the location of economic activity, either direct, through government sitting or indirectly through incentives to the private sector. Governments can use industrial investment to promote development of laggard regions or to favor a more decentralized pattern of capacity distribution in the sector. On the other hand regional policy can hamper the effectiveness of industrial policy design. Agglomeration economies may be lost by placing new industrial activity away from major industrial cities, while opting for more rather than fewer new centers risks missing out on economies of scale (MARKUSEN, 1995:279)”.

Em segundo lugar, é preciso levar em conta a formação de espaços híbridos como força motriz principal em várias economias nacionais. As proposições teóricas correntes que versam sobre uma nova organização socioeconômica metropolitana baseada na produção de serviços pós-industriais, nos fluxos de investimentos e informação e no comando corporativo defrontam-se com a realidade de várias metrópoles mundiais que se converteram em metrópoles do terciário sem que seu dinamismo industrial fosse debilitado.

Assim, assistimos à consolidação de uma configuração urbana que se estriba em economias de aglomeração tanto no setor industrial como também no setor de serviços produtivos e financeiros. Os espaços híbridos são consequência de políticas nacionais de desenvolvimento que produziram um tipo de crescimento econômico espacialmente concentrado em grandes metrópoles, gerando economias de aglomeração em vários setores econômicos. É mister, assim, combater algumas proposições teóricas lançadas pela literatura internacional a respeito das novas configurações urbano-regionais que surgiriam como resultado dos novos paradigmas tecnológicos.

Para Scott (1998), o declínio da produção em massa, característica do modelo fordista de produção, engendrou novos tipos de arranjos espaciais da indústria que deveriam basear-se em novas economias de aglomeração diferentes daquelas que sustentavam o “antigo” regime de produção. Para o autor, estamos diante da ascensão de um regime flexível de produção que se baseia na inovação tecnológica intensa, em novas formas de exploração do trabalho (contratos mais flexíveis, mão-de-obra capaz de adaptar-se rapidamente a mudanças qualitativas e quantitativas da produção, rotatividade da força de trabalho, etc.), plantas mais sensíveis às variações de demanda, máquinas capazes de fabricar diferentes tipos de produtos, entre outras mudanças. Assim, os impactos espaciais desse novo tipo de arranjo produtivo, denominado por muitos autores de regime pós-fordista, seriam sentidos na criação de novas regiões de produção, pois os velhos espaços industriais não ofereciam as condições de aglomeração necessárias para a formação de redes de empresas inovadoras sob uma nova lógica de organização da atividade produtiva.

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Os exemplos de espaços industriais maduros, principalmente as regiões metropolitanas do mundo subdesenvolvido, revelam que a tendência segundo a qual novos espaços industriais se materializariam de maneira ubíqua precisa ser matizada em razão de alguns fatores basilares. Primeiramente, o problema do mercado assume uma dimensão central na medida em que a elevada concentração de renda nas regiões metropolitanas contribui para que o consumo seja espacialmente restrito, de modo que as áreas urbanas continuem exercendo um poder atrativo considerável sobre a atividade industrial. Em segundo lugar, muitos dos chamados “velhos espaços fordistas” atravessam intensos movimentos de reestruturação produtiva e gerencial, os quais contribuem para a modernização do tecido industrial a partir da geração e implementação de inovações de processo e produto. Não devemos desconsiderar que a tradição industrial e o *savoir faire* acumulados nesses “velhos espaços” podem contribuir positivamente para a reconversão do aparelho produtivo industrial alocado nas metrópoles (BENKO, 1996:171).

A contra-urbanização, apontada por muitos como a nova tendência regional da produção industrial, está distante de se apresentar como alternativa para países nos quais a concentração regional do desenvolvimento atravanca o surgimento de novos centros dinâmicos da indústria. Destarte, antes de adotarmos esses novos modelos, necessitamos analisar com acurácia as trajetórias históricas e sociais que conduziram as políticas de desenvolvimento levadas a cabo pelos Estados nacionais.

Nos termos de Furtado (1966), os países que enfrentaram processos de industrialização tardia – entre estes, evidentemente, está o Brasil – são marcados por um índice elevadíssimo de primazia urbana, dando sentido a uma sociologia regional do desenvolvimento, uma vez que os setores mais modernos que conseguiram imprimir sua marca sobre o Estado engendraram regiões onde o capitalismo poderia erigir sua morada sem grandes conflitos socioestruturais.

Não é difícil perceber, assim, a razão da formação de espaços urbano-industriais densos e geograficamente concentrados em porções limitadas dos países que atravessaram processos de industrialização tardia. Furtado (1966), por exemplo, indica a relevância das economias externas, das vantagens de escala e do

avanço tecnológico para o desenvolvimento econômico concentrado geograficamente. Mas, do ângulo sociológico, é importante dizer que esses espaços urbanos são resultado das alianças de classe que adensaram a acumulação capitalista durante o regime agro-exportador cafeeiro. Assim, a dependência das exportações primárias gerou um mercado interno e uma base de “acumulação primitiva”, que posteriormente seria protegida pelo Estado para que a indústria surgisse. Nas palavras do próprio Furtado (1966:100):

[...] toda industrialização que teve início já muito avançado o século atual tendeu a uma grande concentração geográfica, em razão da importância das economias externas, das vantagens das economias de escala e outras decorrências do avanço tecnológico.

As evidências empíricas demonstram, assim, que as metrópoles podem organizar-se em torno do setor industrial reforçando ou reorganizando as heranças de estratégias de desenvolvimento historicamente constituídas, contrapondo-se às proposições que indicam um deslocamento inevitável da produção para áreas virgens distantes dos conglomerados metropolitanos. Certamente, este é apenas um entre uma variedade de padrões de ordenamento espacial da produção (MARKUSEN, 1999b).

2. Configurações produtivas da metrópole paulista: a persistência da indústria como elemento dinâmico do território

A idéia de que estaríamos assistindo a uma sucessão setorial na indústria, com o predomínio da produção intensiva em tecnologia, a qual, como, resultado, engendraria novos espaços industriais à distância dos grandes conglomerados urbanos – estes com problemas crescentes de poluição, congestionamento, infra-estrutura saturada, pressões sindicais, níveis salariais mais elevados, etc. – revela-se problemática no contexto de várias metrópoles. Desse modo, é incorreto afirmar que o processo de sucessão setorial ocorrerá com

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

a mesma velocidade e profundidade nos países periféricos, em decorrência, basicamente, de problemas relacionados à distribuição desigual da renda, à ausência de infra-estrutura adequada em várias regiões desses países e às diferenças de incorporação das regiões às relações sociais capitalistas mais avançadas. Para o caso da metrópole paulista Storper (1990:129) afirma:

[...] a sucessão setorial e o crescimento na escala da produção têm sido insuficientes para induzir deseconomias de aglomeração substanciais em São Paulo, por um lado, e para tornar possível a criação de novos centros de crescimento, por outro. O fracasso na obtenção de maior dispersão do desenvolvimento industrial é então atribuível diretamente às limitações internas do próprio modelo de desenvolvimento [...].

Em terceiro lugar, cabe enfatizar que uma compreensão adequada da organização produtiva no território paulista só poderá ser atingida a partir do entendimento de que as economias de aglomeração no âmbito da metrópole e seu entorno atravessam um processo de reordenação. Nesse sentido, observamos que as categorias analíticas utilizadas para caracterizar as trajetórias produtivas urbano-regionais são inadequadas tanto teórica quanto empiricamente.

Os padrões demográficos e econômicos que vêm se apresentando nos anos recentes revelam que os papéis produtivos metropolitanos sofreram transformações, embora não seja possível caracterizar um processo de desindustrialização ou enxergar uma senda que conduzirá a RMSP, inexoravelmente, às configurações socioespaciais verificadas nas chamadas cidades globais ou mundiais.

Preliminarmente, podemos apontar que uma análise socioeconômica da RMSP confinada às fronteiras estabelecidas nos mapas não nos oferecerá explicações satisfatórias acerca dos atuais movimentos industriais verificados no território paulista. Destarte, somos capazes de apreender tendências na configuração socioeconômica paulista que rumam na contramão das proposições teóricas e empíricas elaboradas pela tradição de pesquisa das cidades globais e dos novos espaços industriais.

Assim, a reorganização territorial do espaço econômico metropolitano é composta por alguns fatores essenciais, a saber:

(i) uma tendência de expansão do aparato produtivo metropolitano, evidenciada pela manutenção dos mesmos níveis de concentração do produto industrial brasileiro numa área restrita do território paulista a qual compreende a Grande São Paulo e um espaço econômico que se forma e se consolida na sua órbita, de modo a plasmar um cinturão de desenvolvimento industrial estruturado com base nos principais eixos rodoviários estaduais e que não ultrapassa um raio de 155km a partir do centro da cidade de São Paulo. Tomada em conjunto, essa macrorregião urbana mantém praticamente inalterados seus níveis de participação no valor de transformação industrial brasileiro (ver Tabela 4).

(ii) a formação de um espaço industrial que se consolida em áreas contíguas à RMSP (ver Tabela 4) evidencia que a expansão da atividade industrial no território apresenta um padrão de dependência locacional em relação a metrópole, que se constitui em força centrípeta da indústria brasileira e num centro moderno de prestação de serviços produtivos e financeiros. Esses padrões se reproduzem empiricamente com a consolidação de uma conurbação entre as regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo e Santos, que estão se transformando na Megalópole brasileira, nas palavras de Andrade e Serra (2001).² Em outros termos, se esses espaços de produção cresceram na órbita da metrópole paulista umbilicalmente ligados à sua estrutura produtiva, isso nos impede de assumir a existência de novos espaços industriais, pois não se tratam de novos espaços, mas de uma reconfiguração do principal centro produtivo nacional que estende seus tentáculos numa região mais ampla. Tampouco estamos diante de uma tendência de que o núcleo metropolitano se transformaria num espaço desnacionalizado e desindustrializado, já que o tecido produtivo metropolitano é o centro irradiador do desenvolvimento nos espaços orbitais. Basta dizer, para isso, que a RMSP é a maior região industrial brasileira e, ao mesmo tempo, responsável por mais de 60% de todo o valor adicionado gerado pela indústria paulista. Além disso, a supostamente combatida estrutura industrial da cidade de São Paulo responde por 33,1% do

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

² Ainda que os autores não o façam, é importante, segundo os padrões socioeconômicos recentes do estado de São Paulo, introduzir a aglomeração de São José dos Campos, que apresentou expressivos índices de crescimento populacional nos últimos anos. Assim, a megalópole paulista, com efeito, terá São José dos Campos como um de seus elementos integradores. Para tanto, é relevante apontar que a taxa anual de crescimento populacional desse município foi de 5,34% entre 1970 e 1991, colocando a cidade no terceiro posto entre as cidades médias brasileiras que mais cresceram nesses anos (ANDRADE; SERRA, 2001b).

Tabela 4- Participação Relativa das Principais Microrregiões Industriais Paulistas no Total do Valor de Transformação Industrial (VTI) da Indústria Brasileira – 1996/2000 (“metrópole expandida”)

<i>Principais microrregiões industriais</i>	<i>VTI 1996</i>	<i>VTI 2000</i>
São Paulo	19,5	13,9
Campinas	4,8	6,2
São José dos Campos	4,5	5,9
Sorocaba	1,9	2,3
Guarulhos	1,2	2
Santos	0,9	1,5
Osasco	1,8	1,5
Jundiaí	0,8	1,3
Mogi das Cruzes	1,3	1
Itapeverica da Serra	1,1	1
Piracicaba	0,6	0,6
Limeira	0,9	0,6
Mogi-Mirim	0,5	0,6
Bragança Paulista	0,3	0,3
Tatui	0,2	0,2
Total SP “metrópole expandida”	40,3	38,9
Total Brasil	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000*. Elaboração do autor

valor adicionado estadual (SEADE, 1996). Disso se infere que as articulações da metrópole com os espaços regionais e nacionais de produção são intensas, ao contrário de uma desnacionalização baseada numa cidade que teria sua economia dinamizada a partir dos fluxos do setor financeiro internacional e dos centros de comando estratégico das multinacionais. Essa dinâmica nos compele a rechaçar a

proposição segundo a qual uma nova divisão inter-regional do trabalho se instalaria no estado de São Paulo e a RMSP tornar-se-ia o centro de comando corporativo e um moderno centro de serviços – apresentando um inevitável declínio industrial –, ao passo que o interior paulista reforçaria cada vez mais sua exuberância industrial (cf. LENCIONI, 1994).

(iii) o uso do termo “interiorização do desenvolvimento”, ainda que largamente aceito, pode dar margem a confusões conceituais. Assumir que estamos diante de um processo de interiorização significa aceitar que estão surgindo novas regiões no estado de São Paulo com uma dinâmica independente da RMSP e com encadeamentos produtivos distanciados da metrópole. As evidências empíricas disponíveis até o momento demonstram que o tecido produtivo do que se convencionou denominar “interior” nada mais é do que uma extensão territorialmente limitada da malha produtiva metropolitana, já que os espaços industriais estão paulatinamente se formando em regiões contíguas à RMSP. Em consonância com essa perspectiva de análise, as zonas de maior crescimento populacional no estado de São Paulo coincidem com o espraiamento da indústria nesse espaço restrito que está se consolidando como o grande centro industrial brasileiro.³ Se tomarmos como referência de análise a macrorregião urbana que se forma no entorno da RMSP, veremos que esse espaço geográfico foi responsável pela geração de 81,4% do VTI paulista em 1996 e contribuiu com 85,9% do VTI do estado no ano 2000 (IBGE, 2002).

(iv) Os padrões demográficos revelam que, sem as forças centrípetas da RMSP, esse espaço dinâmico da produção industrial nacional não exibiria tamanha exuberância. Esse argumento pode ser reforçado se comparamos os movimentos recentes da produção industrial na região do estado de São Paulo que está além da zona mais densa em termos de urbanização, a qual corresponde a um espaço radial de 155km da cidade de São Paulo, com os dados da produção do VTI na “metrópole expandida” (ver Tabela 4). Dessa forma, esse macro espaço de produção apresenta um movimento de concentração do produto industrial do estado, evidenciando o reforço da megalópole paulista como o centro propulsor da economia nacional. Os dados da produção industrial nas regiões do estado de

Reestruturação urbano-Regional em São Paulo: falácias e fantasias do apocalipse industrial metropolitano

Rogério dos Santos Acca

³ É oportuno dizer aqui que não estamos desconsiderando o conjunto de deseconomias de aglomeração presentes na RMSP. Também seria parvo dizer que essas deseconomias de aglomeração não contribuíram para a queda da participação da RMSP no VTI nacional. Óbvio está que os custos crescentes relacionados a dois fatores clássicos de produção, terra e trabalho, acabaram se tornando o calcanhar de Aquiles da indústria metropolitana. No entanto, estamos querendo afirmar que as deseconomias de aglomeração que ensejaram uma relativa desconcentração industrial na RMSP não foram capazes de gerar espaços industriais independentes da metrópole, e não é por acaso que está se formando uma grande região urbana no entorno metropolitano, como pode ser verificado nos últimos censos populacionais (ANDRADE; SERRA, 2001). No entanto, as deseconomias de aglomeração podem, em muitos setores industriais, ser compensadas por economias de aglomeração. Esse parece ser o caso de setores intensivos em tecnologia e *design* que apresentam um padrão de concentração muito claro na cidade de São Paulo (MATTEO; TAPIA, 2002). Se a tendência do emprego crescente de novos padrões tecnológicos na produção se consolida, a RMSP tende a se afirmar como a região industrial mais

Reestruturação urbano-Regional em São Paulo: falácias e fantasias do apocalipse industrial metropolitano
Rogério dos Santos Acca

importante do país por muito tempo. O apocalipse industrial pregado pelos teóricos das cidades globais parece estar longe de acontecer, se é que um dia vai acontecer na RMSP.

Tabela 5 – Participação Relativa das Principais Microrregiões Industriais Paulistas no Total do Valor de Transformação Industrial (VTI) da Indústria Brasileira – 1996/2000 (“interior”)

<i>Principais microrregiões industriais</i>	<i>VTI 1996</i>	<i>VTI 2000</i>
São Carlos	0,9	0,5
Ribeirão Preto	0,8	0,7
Bauru	0,4	0,4
Araraquara	0,3	0,4
Guaratinguetá	0,4	0,4
Jaboticabal	0,2	0,3
Rio Claro	0,8	0,3
São José do Rio Preto	0,3	0,3
São João da Boa Vista	0,3	0,3
Jaú	0,2	0,2
Marília	0,2	0,2
Franca	0,2	0,2
Birigüi	0,1	0,1
Presidente Prudente	0,1	0,1
Total SP “interior”	5,2	4,4
Total Brasil	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), *Pesquisa Industrial 2000*. Elaboração do autor

São Paulo que se encontram mais afastadas da zona mais densa de influência da RMSP revelam que há uma forte tendência de reforço

Assim, se cotejarmos a região exterior à zona radial metropolitana com a região orbital à RMSP, perceberemos que os níveis de produção do VTI são esmagadoramente favoráveis à segunda região. Esta região, inclusive, tem revelado uma tendência

a concentrar em seu espaço praticamente todo o dinamismo industrial paulista, já que exibiu uma queda relativa na produção do VTI brasileiro bastante inferior à verificada no estado e na região fora do entorno. Assim, enquanto a queda relativa na produção do VTI estadual foi de 9,2%, entre os anos de 1996 e 2000, esse mesmo índice para o “aglomerado radial” foi de 3,5% e de 18,2% para as regiões exógenas ao raio de 155km da metrópole. No que diz respeito ao estado de São Paulo, tomado em suas tendências internas, esses mesmos números são mais reveladores, posto que, enquanto a região da “metrópole expandida” aumentou sua participação no VTI paulista entre 1996 e 2000, passando de 81,4% para 85,9% (um crescimento relativo de 5,5%), as zonas além do espaço radial tiveram queda de participação no VTI do estado de São Paulo, indo de 10,5% para 9,7% entre 1996 e 2000 – um declínio relativo de 8,2% (IBGE, 2002).

Destarte, somos capazes de oferecer algumas conclusões preliminares da expansão populacional e produtiva do estado de São Paulo. Em primeiro lugar, notamos um espraiamento da malha urbana territorialmente limitado às áreas urbanas contíguas à RMSP – Campinas, Santos e São José dos Campos – que tem reforçado essa região urbana como o maior centro produtivo nacional. Ao analisarmos os dados da produção industrial da área que exorbita o raio de 155km da cidade de São Paulo, percebemos um declínio considerável da participação dessa região em termos do VTI tanto no plano estadual quanto no plano nacional. Desse modo, podemos verificar que, quanto maior o afastamento dos espaços produtivos em relação à RMSP, tanto menor o dinamismo industrial que estes espaços apresentam. Se a expansão produtiva é limitada e reforçada numa órbita restrita da RMSP, isso nos leva a crer que o “campo aglomerativo” que se constrói no seu entorno emerge como o espaço produtivo mais dinâmico em termos nacionais de sorte a apresentar uma tendência espacialmente centrípeta que, em boa parte, é resultado da importância da metrópole como o principal centro industrial brasileiro. De acordo com Diniz (1994:310):

[...] because of its importance as a major industrial centre, its educational and research activities, and professional labour

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

market, São Paulo continues to constitute and authentic incubator for some activities of high-technology, despite of loss of relative position in industrial production it has suffered in recent years.

Na medida em que se coloca como o epicentro espacial da dinâmica industrial nacional, dificilmente a RMSP deixará de se caracterizar predominantemente como um tecido produtivo complexo que se sobrepõe à lógica do capital financeiro internacional como elemento propulsor da economia. As evidências empíricas nos mostram que é muito difícil que as poderosas economias de aglomeração que permanecem associadas à organização produtiva metropolitana sejam ameaçadas por movimentos mais amplos de desconcentração da produção industrial na RMSP, já que o encadeamento de vários setores produtivos, a presença do maior bolsão de renda do país, o mais intenso mercado consumidor nacional, os centros mais importantes de pesquisa e desenvolvimento e a articulação de uma densa infra-estrutura são fatores que criam um magnetismo industrial na RMSP. Na medida em que as indústrias intensivas em tecnologia e conhecimento se tornam cada vez mais importantes na organização contemporânea do capitalismo, os investimentos tenderão a reforçar regiões próximas ao centro produtivo nacional dominante, onde a desproporcional disponibilidade de mão-de-obra qualificada, informação, serviços modernos e infra-estrutura faz com que esse centro continue a agir como opção locacional primeira para empreendimentos de várias naturezas (MARKUSEN, 1999).

Em suma, diante dessas tendências, torna-se possível afirmar que a metrópole paulista não está caminhando para uma fase pós-industrial impulsionada pelos serviços modernos, pelos fluxos de investimentos e informações do sistema financeiro internacional ou pela dinâmica espacial dos centros de comando corporativo das empresas transnacionais. As transformações que se desenvolvem no território paulista nos últimos anos põem em relevo a extrema centralidade da metrópole como espaço de produção industrial, uma vez que as regiões que observaram um aumento de sua participação no VTI industrial formam um espaço contíguo à RMSP que cresceu na esteira das principais rodovias do estado de São Paulo. Além

disso, o fato de que uma parte limitada do território estadual reforça sua posição na produção do VTI nacional, enquanto os espaços de produção situados fora dessa macrorregião urbana estão cambaleando no que diz respeito à produção da indústria estadual e nacional, mostra-nos que a RMSP tem uma importância fundamental na atração de plantas industriais para o aglomerado radial, agindo como o epicentro do desenvolvimento industrial do estado e do país.

Assim, adotar uma visão simplista segundo a qual estaríamos diante de uma desindustrialização inevitável na metrópole ao passo que o interior paulista emergiria como o novo dinamismo da indústria nacional, relegando ao espaço metropolitano a produção de serviços pós-industriais, faz com que não percebamos o papel exercido pela RMSP na dinâmica da produção industrial no estado de São Paulo. Na verdade, partiremos da premissa da existência de uma complementaridade entre metrópole e interior no âmbito dessa macrorregião de produção que se forma no entorno da metrópole paulista, visto que os espaços de produção ao redor da metrópole representam, por um lado, uma extensão do tecido produtivo da RMSP e, por outro lado, dependem vitalmente dos estímulos fornecidos pelo parque industrial metropolitano, o maior do país. Mas os dados de investimentos e produção industrial no estado de São Paulo indicam que essa complementaridade não significa uma divisão de tarefas entre “metrópole” e “interior”, sendo a primeira fonte de serviços modernos e o segundo o novo dinamismo industrial regional e nacional (cf. LENCIONI, 1994). Em outros termos, separar metrópole e interior pode significar uma distorção metodológica se não considerarmos a metrópole expandida que paulatinamente se forma no entorno da Grande São Paulo, cujos movimentos mais intensos se dirigem às regiões de Campinas, Santos e São José dos Campos, engendrando um cinturão radial de desenvolvimento industrial, no qual a metrópole encontra-se no centro do furacão agindo como energia centrípeta fundamental na atração de investimentos e na manutenção de elevados índices de produção e produtividade industriais (MATTEO; TAPIA, 2002).

Diferentemente de Sassen (2001), entendemos que a referência à dinâmica socioeconômica de uma escala geográfica mais ampla pode não somente indicar o tipo de acumulação e inserção

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

⁴ Um teste mais consistente da hipótese do surgimento de espaços híbridos na economia global só pode ser realizado com base na relação exportações industriais/PIB ou a partir dos dados do VTI industrial para cada metrópole a ser analisada. Assim, poderemos perceber se a produção está mais voltada para a dinâmica interna ou caracteriza as chamadas zonas de processamento de exportações (EPZ). Ao mesmo tempo, faz-se necessário realizar levantamentos mais detalhados sobre os movimentos do setor financeiro, bem como construir um banco de dados sobre as maiores empresas transnacionais do terciário moderno na metrópole estudada. No teste proposto, poderíamos sustentar, como hipótese, que a relação exportações industriais/PIB em regiões como Seul, Tóquio, Cidade do México e São Paulo seria muito mais elevada do que em regiões como Londres ou Nova York, exibindo, assim, o tipo de inserção dessas metrópoles na economia mundial, a qual pode não estar ligada ao setor financeiro como elemento motriz principal.

capitalista em determinada região, como também apontar a intensidade das relações sociais e produtivas que engendram o espaço econômico e suas conexões com a economia global. Assim, a tomada apenas da cidade como categoria analítica justificada pelos movimentos vertiginosos da indústria financeira e dos serviços modernos nas grandes metrópoles mundiais – porque representam o novo centro dinâmico da acumulação do capital, e este se encontra nas metrópoles – faz com que não possamos dar conta das interações existentes dos espaços econômicos que são influenciados pela dinâmica metropolitana, como no caso da RMSP. Dessa forma, o caráter estratégico de um espaço de produção numa economia internacionalizada não é dado somente pelo espaço da cidade *per se*, principalmente quando a realidade nos mostra que a indústria financeira e os produtores de serviços avançados estão longe de conduzir o território metropolitano paulista para um inevitável – e desejável para muitos – apocalipse da indústria como elemento de dinamismo socioeconômico.⁴

Obviamente, se o objetivo é verificar as relações das cidades mundiais como pontos de ancoragem dos fluxos financeiros internacionais e dos escritórios das corporações multinacionais, podemos, sem problemas, olhar somente para a cidade de São Paulo buscando suas conexões com o sistema financeiro internacional por meio da intensa negociação de ativos pela BOVESPA, dos investimentos estrangeiros no setor imobiliário, da maciça presença de bancos internacionais (ver Tabela 6) e de importantes multinacionais ligadas à produção avançada de serviços, como as firmas de seguros, publicidade, consultoria jurídica, contábil ou administrativo-financeira. Todavia, o dinamismo da indústria no estado de São Paulo, em especial, e da “metrópole expandida”, em particular, lança por terra a idéia de que o caráter global da RMSP será convertido em um novo modo de desenvolvimento.

Certamente, as conexões da metrópole com fluxos globais de capital cada vez mais intensos têm contribuído para o reforço do setor financeiro metropolitano, embora esses fluxos de capital não venham sendo capazes de gerar um espaço pós-industrial na RMSP. Os dados preliminares analisados mostram que o espaço econômico metropolitano atravessa uma tendência de hibridização –

impulsionada, parcialmente, pela expansão do escopo das multinacionais, dos serviços modernos e do capital financeiro –, mas a consolidação de uma macrorregião industrial no entrono da RMSP evidencia que a indústria ainda se constitui no motor do desenvolvimento no estado, principalmente se considerarmos os movimentos recentes dos investimentos e da produção industrial.

O reforço da metrópole como um espaço híbrido, isto é, que possui poderosas economias de aglomeração tanto no setor industrial como no setor de serviços avançados pode ser evidenciado com base na presença crescente de sedes de grupos empresariais nacionais e multinacionais, bem como num setor financeiro cada vez mais sólido. No caso do setor bancário, nota-se uma concentração absolutamente desigual da movimentação financeira em bancos sediados na metrópole paulista, com evidente destaque para a própria cidade de São Paulo (ver Tabela 6).

Destarte, o papel da metrópole paulista como o centro de finanças mais poderoso da América Latina juntamente com a Cidade do México pode ser apreendido com base na supremacia das movimentações financeiras realizadas pelos bancos sediados na RMSP, principalmente na cidade de São Paulo. Ancoram-se na metrópole 34 dos 40 maiores bancos privados brasileiros, sendo que um deles em Osasco e o restante na cidade de São Paulo (ver Tabela 6).

Ao tomarmos como parâmetro de análise o volume de depósitos nos bancos privados, verificaremos que os bancos sediados na RMSP concentram a impressionante parcela de 89,32% de todos os depósitos efetuados nos 40 maiores bancos privados brasileiros. Levando-se em conta o fato de que os bancos públicos ainda representam uma fatia expressiva do mercado – visto que os 10 maiores bancos controlados pelo setor público amealham quase 50% do total de depósitos –, o caráter titânico do sistema bancário metropolitano revela-se de uma maneira exuberante.

Portanto, acreditamos estar cada vez mais claro que os circuitos de acumulação do capital plasmados historicamente no espaço metropolitano paulista apresentam uma característica de hibridismo, uma vez que o dinamismo financeiro da RMSP – longe ainda de assemelhar-se as *cities* financeiras como Londres e Nova York – não significou um deslocamento do setor dinâmico da

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Tabela 6 – Os 40 Maiores Bancos Privados em Atividade no Brasil Classificados por Ativos Totais (-) Intermediação. Data-base: Setembro/2002
Em R\$ mil

Ranking	Instituição	Cidade/UF	Ativo total (-) Intermediação	Depósito total	Nº.Func.	Número de agências
1	Bradesco	Osasco/SP	119.957.029	56.191.458	69.983	2.936
2	Itaú	São Paulo/SP	93.925.394	32.645.959	49.721	2.216
3	Unibanco	São Paulo/SP	63.252.292	24.902.247	25.173	909
4	Santander (1)	São Paulo/SP	57.628.374	18.562.688	20.509	1.017
5	ABN Amro	São Paulo/SP	41.567.239	13.917.162	22.698	848
6	BankBoston	São Paulo/SP	31.569.608	3.659.126	4.029	59
7	Citibank	São Paulo/SP	30.617.674	1.678.802	2.067	51
8	Safra	São Paulo/SP	25.306.208	7.578.147	4.024	79
9	HSBC	Curitiba/PR	24.177.077	11.575.069	20.677	944
10	BBA	São Paulo/SP	18.598.336	3.969.662	653	5
11	Votorantim	São Paulo/SP	17.156.138	6.241.665	290	4
12	Sudameris	São Paulo/SP	16.685.978	5.870.304	6.269	297
13	BBV	Salvador/BA	16.285.924	6.012.030	6.101	439
14	Lloyds	São Paulo/SP	10.676.281	627.060	300	4
15	JP Morgan (2)	São Paulo/SP	9.375.035	593.885	443	5
16	Credit Suisse	São Paulo/SP	6.614.315	1.533.871	18	2
17	Bank of America	São Paulo/SP	6.253.514	980.757	160	2
18	BNP Paribas	São Paulo/SP	5.602.778	131.636	220	4
19	Rural	Rio de Janeiro/RJ	5.268.216	2.879.169	2.063	84
20	Alfa	São Paulo/SP	5.239.173	1.339.412	1	9
21	Santos	São Paulo/SP	4.963.412	1.002.478	378	4
22	FIA T	São Paulo/SP	4.634.798	3.098.913	442	17
23	WESTLB	São Paulo/SP	4.606.534	69.256	229	3
24	Deutsche	São Paulo/SP	4.266.006	139.241	258	4
25	ABC-Brasil	São Paulo/SP	4.127.137	1.033.097	180	5
26	Volkswagen	São Paulo/SP	3.771.908	2.401.747	534	10
27	Fibra	São Paulo/SP	3.668.160	730.156	194	1
28	ING	São Paulo/SP	3.439.275	239.200	163	1
29	Mercantil do Brasil	Belo Horizonte/MG	3.134.316	2.190.273	4.540	204
30	Pactual	Rio de Janeiro/RJ	2.923.365	326.160	298	3
31	Tokayomitsubishi	São Paulo/SP	2.776.622	86.726	166	3
32	Brascan	Rio de Janeiro/RJ	2.754.728	341.002	136	2
33	Rabobank	São Paulo/SP	2.754.454	53.975	67	1
34	BNL	São Paulo/SP	2.718.906	746.470	260	5
35	GM	São Paulo/SP	2.688.836	1.730.873	513	1
36	Dresdner	São Paulo/SP	2.536.524	100.924	193	6
37	BIC	São Paulo/SP	2.465.721	1.250.941	650	37
38	SS	São Paulo/SP	1.848.527	1.424.140	72	2
39	SMBC	São Paulo/SP	1.649.831	177.123	79	1
40	SO FISA	São Paulo/SP	1.643.930	381.155	219	4
<i>Total - 40 maiores bancos privados</i>			669.129.573	218.414.459	244.970	10.228
<i>Participação dos 40 maiores bancos privados (em %)</i>			54,02	49,39	48,45	58,96
<i>Total - 10 maiores bancos estatais (3)</i>			529.115.146	212.082.882	247.469	6.651
<i>Participação dos 10 maiores bancos estatais (em %)</i>			42,71	47,95	48,95	38,34
<i>Participação 50 maiores bancos brasileiros (em %)</i>			96,73	97,34	97,4	97,3

Fonte: Banco Central do Brasil, Sisbacen. Balancetes processados até 06/01/2003

Elaboração do autor

economia paulista. A indústria metropolitana insiste e resiste em ceder lugar aos atributos pós-modernos do espaço urbano.

Nesse sentido, se estivéssemos diante de uma transição do setor dinâmico da economia paulista em direção ao terciário moderno – transformando as chaminés industriais em algo, digamos, *démodé* –, o estado de São Paulo e a “metrópole expandida” não teriam mantido praticamente os mesmos níveis de participação no VTI nacional. Para tanto, basta lembrar que, entre os anos de 1985 e 2000, o estado de São Paulo perdeu apenas 2,7% de sua participação na distribuição nacional do VTI, passando de 48,0% para 45,3% (IBGE, 2002).

Nossa perspectiva analítica, que adota uma visão integrada do espaço produtivo metropolitano, indica que, em vez de uma interiorização do desenvolvimento, o território paulista atravessou intensos movimentos de reorganização de suas economias de aglomeração, pois os elevados índices de urbanização no núcleo metropolitano acabaram por gerar deseconomias de aglomeração, as quais impulsionaram um rearranjo do espaço produtivo com a expansão radial da malha produtiva da RMSP. No entanto, essa expansão foi determinada pela existência de infra-estrutura adequada em áreas contíguas à RMSP, transformando a proximidade da metrópole numa das economias externas que beneficiaria as plantas instaladas na sua órbita.

Dessa forma, os últimos anos revelaram um intenso movimento de reordenação das combinações entre forças centrípetas e centrífugas presentes no espaço econômico. A hiperurbanização e os custos crescentes associados à RMSP engendraram forças centrífugas que motivaram o deslocamento da produção para áreas mais afastadas da metrópole, embora essas áreas não fossem afastadas o bastante para não se apropriar das facilidades de proximidade com a malha produtiva da RMSP.

Nesse conflito das forças centrífugas com as forças centrípetas, o território parece estar buscando um equilíbrio em termos da organização territorial da produção, uma vez que as forças centrípetas ainda presentes na metrópole limitaram uma migração acentuada da produção para outras áreas, fato este reforçado pela

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Figura 1

Forças Centrípetas	Forças Centrífugas
Encadeamentos industriais e de serviços	Fatores imóveis (terra, trabalho, etc.)
Mercados sólidos	Custos da terra e transporte
Renda	Custos do fator trabalho
Propagação de conhecimento e outras economias externas	Congestionamento e outras deseconomias
Infra-estrutura	Ausência de infra-estrutura adequada
Mão-de-obra qualificada	
Serviços produtivos e não-produtivos	Ausência de mão-de-obra qualificada
Tradição industrial	"Guerra fiscal"[6]

⁶ Evidentemente, a prática da "guerra fiscal" poderia estar entre as forças centripetas das regiões que receberam pesadas inversões através dessa estratégia de atração de plantas industriais. A despeito disso, inserimos a guerra fiscal entre as forças centrífugas porque a figura que exhibe o campo de forças entre as energias centripetas e centífugas foi construída da perspectiva da região produtiva que mais deixou de receber novos investimentos em razão da competição inter-regional por inversões, qual seja, a metrópole expandida paulista. Assim, a guerra fiscal tornou-se uma das maiores forças de repulsão industrial nos anos 90 para a RMSP e seu entorno (ver MENDONÇA e PINHO, 1997).

Fonte: KRUGMAN et al. (1999:346) e elaboração do autor

ausência de economias de aglomeração consideráveis em outras regiões produtivas do país (STORPER, 1990).

Assim, o deslocamento da produção, principalmente em alguns setores da indústria, limitou-se pela proximidade da principal região industrial do Brasil. O campo de forças que define o destino de uma região em termos econômicos assume uma dimensão fundamental, já que:

[...] in a world where increasing returns and transport costs are both important, forward and backward linkages can create a circular logic of agglomeration. That is, other things being the same, producers want to locate close to their suppliers and to their customers – which means that they want to locate close to each other. The second idea is that the immobility of some resources – land certainly, and in many cases labor – acts a centrifugal force that opposes the centripetal force of agglomeration. And the tension

between centrifugal and centripetal forces shapes the evolution of the economy's spatial structure (KRUGMAN et al., 1999:346).

As tendências que apontam para a formação de um espaço híbrido compreendendo uma macrorregião urbana formada pela RMSP e seu entorno num raio de 155km da capital paulista podem ser corroboradas pelos movimentos recentes dos investimentos industriais no estado de São Paulo. Nesse sentido, as estratégias metodológicas adotadas por Pacheco (1999), que analisa quantitativa e qualitativamente o investimento industrial para determinar os padrões locacionais da indústria em termos nacionais, são úteis também para o espaço regional na medida em que nos possibilita verificar se existe realmente uma predisposição à formação de “novos espaços industriais”, cujas economias de aglomeração seriam independentes da malha industrial tradicional, qual seja, a metrópole, ou se há um reforço produtivo deste espaço.⁷ Uma análise preliminar dos investimentos industriais no estado de São Paulo aponta para o segundo caminho, uma vez que as regiões produtivas que mais recebem investimentos são exatamente as mesmas que apresentam uma concentração avassaladora do VTI nacional e estadual.

Assim, os investimentos industriais no estado corroboram a tendência de reforço dos espaços de produção que se formam e consolidam no entorno da metrópole. Essa afirmação ganha consistência quando olhamos para os investimentos industriais anunciados de 1995 a 2000 e notamos que, de modo semelhante ao que já indicamos para os movimentos do VTI, o “aglomerado radial” é o maior receptor de investimentos industriais nos anos recentes. Além disso, esses dados demonstram que, ao contrário do que vem sendo apontado em relação à indústria metropolitana – que, inevitavelmente, atravessaria um processo de arrefecimento produtivo (cf. TAVARES, 2000) –, o espaço de produção engendrado na RMSP e seu entorno deu abrigo a um volume denso de investimentos provenientes do setor industrial (ver Tabela 7).

Dessa forma, os recentes padrões de investimentos industriais no estado de São Paulo possibilitam a visualização da emergência de um espaço dinâmico de produção, impulsionado pela indústria, o qual se forma e se reforça no entorno da RMSP. Uma análise

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

7 Os dados da última *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista (PAEP)* indicam que as atividades industriais mais intensivas em capital e conhecimento apresentam uma tendência a instalar-se na RMSP, inclusive com o destaque da cidade de São Paulo (MATTEO; TAPIA, 2002). Evidentemente, as ressalvas postas por Pacheco (1999) continuam válidas, pois não há nenhum mecanismo que nos permita saber com certeza se o investimento foi efetivamente aplicado, ainda que as intenções relativas aos investimentos industriais nos possibilitem perceber padrões locacionais setoriais (ver PACHECO, 1999).

Reestruturação urbano-Regional em São Paulo: falácias e fantasias do apocalipse industrial metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Tabela 7 – Investimentos industriais anunciados entre 1995 e maio de 2000. Por região administrativa

Em US\$ milhões e porcentagem (1)

	Região Administrativa de Araçatuba	130,41	0,03
	Região Administrativa de Barretos	27,72	0
	Região Administrativa de Bauru	516,94	1,1
(1) Investimentos industriais classificados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)	Região Administrativa de Campinas	10525,87	22,55
	Região Administrativa Central	1183,63	2,54
	Região Administrativa de Franca	103,85	0,02
	Região Administrativa de Marília	82,07	0,02
	Região Administrativa de Presidente Prudente	121,24	0,02
(2) Municípios pertencentes às Regiões Administrativas de Campinas, São José dos Campos, RMSP e Sorocaba localizados além do raio de 155km da cidade de São Paulo	Região Administrativa de Registro	7,5	0
	Região Administrativa de Ribeirão Preto	224,27	0,05
	Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)	14662,24	31,41
	Região Administrativa de Santos	1923,38	4,12
	Região Administrativa de São José do Rio Preto	46,55	0
	Região Administrativa de São José dos Campos	9563,98	20,49
	Região Administrativa de Sorocaba	2460,76	5,27
	<i>Outros municípios (2)</i>	1383,42	2,96
(3) Investimentos que se destinam a mais de um município, sem valor definido para cada um deles	<i>Diversos municípios (3)</i>	3717,24	7,96
	<i>Total SP</i>	46681,07	100

Fonte: Fundação SEADE/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Elaboração do autor

combinada dos dados da produção industrial, baseada no VTI, e dos investimentos recentes do setor industrial conduzirá a um modo de desenvolvimento socioespacial no estado de São Paulo que não se remete às supostas novidades locacionais pós-fordistas apontadas por Scott (1998) tampouco a um espaço metropolitano que tem como força motora principal os circuitos de acumulação do capital do setor de serviços pós-industriais (cf. SASSEN, 2001b), malgrado esse tipo de terciário moderno ser mais desenvolvido na metrópole paulista do que em qualquer outra cidade brasileira, indicando a emergência de uma espacialidade híbrida que se forma na esteira de heranças históricas e sociais profundas.

Em consonância com essa perspectiva analítica podemos apontar, em primeiro lugar, que o desenvolvimento radial verificado no entorno da cidade de São Paulo não apresenta uma tendência de espraiamento para regiões localizadas fora do raio de 155km da cidade de São Paulo – evidenciando seu papel como força centrípeta basilar, já que a atividade industrial não se afasta da metrópole e se reforça em regiões contíguas à RMSP. Nesse padrão radial de desenvolvimento, os padrões de produção do VTI e os investimentos industriais mostram que a RMSP vem agindo como uma espécie de ímã industrial do qual dependem os movimentos da indústria no estado. A conclusão é lógica, posto que esse espaço industrial se reforça cingindo a RMSP e, portanto, apresenta um caráter dependente dessa região metropolitana. Não se trata, destarte, de novas economias de aglomeração, já que estas são produzidas pela metrópole e, em muitos casos, a proximidade da Grande São Paulo converte-se numa das economias de aglomeração da atividade industrial.

Nessa medida, as possibilidades de investimento levantadas acima nos levam a concluir que esse aglomerado radial consolida-se, paulatinamente, como o espaço de produção mais dinâmico em termos nacionais, não somente no que concerne ao VTI, mas também no que diz respeito aos setores intensivos em capital, tecnologia e *design* (MATTEO; TAPIA, 2002).

Se tomarmos como referência as cinco regiões que compõem o aglomerado radial (Campinas, RMSP, Santos, São José dos Campos e Sorocaba), verificaremos que essa macrorregião urbana concentra 83,84% do volume de investimentos industriais anunciados

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

para o estado de São Paulo, de modo a indicar um reforço da metrópole expandida em vez de um movimento de expansão territorial mais amplo da atividade industrial. Como a participação desse campo aglomerativo no VTI estadual saltou de 81,40% para 85,90% (IBGE, 2002), como vimos anteriormente, o mesmo grau de concentração em relação ao investimento industrial apenas dá maior consistência à afirmação de que o aglomerado radial apresenta uma tendência a reforçar-se no entorno da RMSP, gerando uma enorme desigualdade na intensidade da atividade industrial dentro do estado de São Paulo.

Diante disso, uma segunda conclusão, ainda mais candente, nos remete ao papel da RMSP como a região industrial mais importante do país, já que, sozinha, é responsável pela captação provável de 31,41% dos investimentos industriais anunciados para o estado entre 1995 e maio de 2000 (ver Tabela 7). Deslocando o foco da análise para os municípios para os quais os maiores volumes de investimentos industriais foram anunciados entre 1995 e maio de 2000, mais uma vez notaremos o padrão de reforço da zona centrípeta engendrada às bordas da metrópole paulista. Primeiramente, julgamos relevante apontar a tendência de extrema concentração dos investimentos industriais em um conjunto reduzido de municípios na área de influência da RMSP, representada pela dinâmica socioespacial do raio de 155km a partir da capital. Assim, dos 22 municípios do estado de São Paulo ordenados por valor de investimentos anunciados, apenas um município, São Carlos, encontra-se fora do aglomerado radial por nós traçado, ainda que numa região limiar entre este e áreas menos desenvolvidas do estado em termos da produção industrial (ver Tabela 8).

Nesse sentido, esse conjunto restrito de municípios concentra 67,41% de todo o estoque de investimentos anunciados para o estado entre 1995 e maio de 2000. A força industrial da metrópole expandida reflete-se no elevado volume de investimentos anunciados para os 21 municípios da relação, uma vez que os 21 municípios do campo aglomerativo mais dinâmicos no que tange aos investimentos industriais são responsáveis por 65,49% do total de investimentos anunciados para o estado de São Paulo. Em segundo lugar, merece referência a posição da cidade de São Paulo na relação de investimentos industriais, pois, a cidade que há muito se transformou num centro do terciário moderno, responde por 6,92% do

investimento industrial anunciado para São Paulo, figurando em terceiro lugar na lista das cidades com maior volume de investimentos anunciados (ver Tabela 8).

Reestruturação urbano-Regional em São Paulo: falácias e fantasias do apocalipse industrial metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Tabela 8– Municípios no estado de São Paulo com maior volume de investimentos anunciados entre 1995 e maio de 2000. Setor industrial (1)

Em US\$ milhões e porcentagem

1 – São José dos Campos	4644,16	9,95
2 – São Bernardo do Campo	4397,53	9,42
3 – São Paulo	3229,69	6,92
4 – Taubaté	2234,72	4,79
5 – Cubatão	1662,65	3,56
6 – Jacareí	1423,19	3,05
7 – Santo André	1373,9	2,94
8 – Mauá	1279,7	2,74
9 – Sumaré	1124,03	2,41
10 – Campinas	1117,23	2,39
11 – Sorocaba	1029,07	2,2
12 – Pindamonhangaba	969,07	2,08
13 – Paulínia	918,28	1,97
14 – São Carlos	894,64	1,92
15 – Mogi das Cruzes	768,48	1,65
16 – São Caetano	736,35	1,58
17 – Suzano	683,4	1,46
18 – Americana	651,17	1,39
19 – Jundiaí	619,47	1,33
20 – Barueri	588,01	1,26
21 – Jaguariúna	585,97	1,25
22 – Guarulhos	536,53	1,15
<i>Total 22 municípios</i>	31468	67,41
<i>Total SP</i>	46681,1	100

(1) Investimentos industriais classificados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)

Fonte: Fundação SEADE/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. Elaboração do autor

Bibliografia

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. O desempenho das cidades médias no crescimento populacional brasileiro no período 1970/2000. In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

AZZONI, Carlos R. *Indústria e reversão da polarização no Brasil*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), 1986.

BEAVERSTOCK, J. V.; SMITH, R. G.; TAYLOR, P. J. A roster of world cities. *Cities*, 16 (6), 445-458, 1999.

_____. World city network: a new metageography? *Annals of the Association of American Geographers*, 90 (1), 123-134, 2000.

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1998.

COMIN, Álvaro; AMITRANO, Cláudio. Economia e emprego: a trajetória recente da Região Metropolitana de São Paulo. *Novos Estudos CEBRAP*, 66, 53-76, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. Polygonized development in Brazil: neither decentralization nor continued polarization. *International Journal of Urban and Regional Research*, 18 (2), 293-314, 1994.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony J. *The spatial economy: cities, regions and international trade*. Cambridge (MA): MIT Press, 1999.

FUNDAÇÃO SEADE. *Pesquisa da Atividade Econômica Paulista*. São Paulo: SEADE, 1996.

FURTADO, Celso. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GEIGER, Pedro P.; DAVIDOVICH, Fany R. The spatial strategies of the state in the political-economic development of Brazil. In: SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael (Ed.). *Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism*. Boston: Unwin Hyman, 1986.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Industrial 2000*. Brasília: IBGE, 2002.

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca

KNOX, Paul; AGNEW, John. *The geography of the world economy: an introduction to economic geography*. 3.ed. London: Arnold, 1998.

KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton A. São Paulo: metrópole do subdesenvolvimento industrializado. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LAVINAS, Lena; NABUCO, Maria Regina. Economic crisis and tertiarization in Brazil's metropolitan labour market. *International Journal of Urban and Regional Research*, 19 (3), 358-367, 1995.

LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. *Espaço & Debates*, 38, 54-61, 1994.

MAIR, Andrew. Strategic localization: the myth of the postnational enterprise. In: Cox, Kevin R. (Ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. New York: The Guilford Press, 1997.

MARKUSEN, Ann R. Interaction between regional and industrial policies: evidence from four countries. *Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics 1994*. Washington DC: World Bank, 1995.

_____. Sticky places in slippery space: a typology of industrial districts. *Economic Geography*, 72 (3), 293-313, 1996.

_____. National contexts and the emergence of second tier cities. In: MARKUSEN, Ann R.; LEE, Yong-Sook; DIGIOVANNA, Sean (Ed.). *Second tier cities: rapid growth beyond the metropolis*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

_____. Fuzzy concepts, scanty evidence, policy distance: the case for rigour and policy relevance in critical regional studies. *Regional Studies*, 33 (9), 869-884, 1999b.

MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo. São Paulo no contexto do sistema mundial de cidades. *Novos Estudos CEBRAP*, 56, 139-168, 2000.

MATTEO, Miguel; ARBIX, Glauco. A teimosia da indústria paulista. In: ACCA, Rogério dos Santos; MIRANDA, Idenilza Moreira de; SANTOS, Adriana Vitória dos; SCHOEREDER, Vivian England (Org.). *Anos 90: um olhar sobre as políticas de industrialização em São Paulo*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

_____; TAPIA, Jorge Ruben Biton. Características da indústria paulista nos anos 90: em direção a uma city-region? *Revista de Sociologia e Política*, 18, 73-93, 2002.

MENDONÇA, Maurício; PINHO, Marcelo. *Avaliação do impacto dos investimentos nos setores automotivo, eletrônico e petroquímico na região de Campinas*. Campinas: Instituto de Economia / Fucamp, 1997, mimeo.

NEGRI, Barjas; PACHECO, Carlos Américo. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. *Espaço &*

Debates, 38, 62-82, 1994.

PACHECO, Carlos Américo. *Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial*. Brasília: IPEA, Texto para Discussão 633, 1999.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Correa do. Restructuring in large brazilian cities: the centre/periphery model. *International Journal of Urban and Regional Research*, 19 (3), 369-382, 1995.

SASSEN, Saskia. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1994.

_____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998.

_____. Global cities and global city-regions: a comparison. In: SCOTT, Allen J. (Ed.). *Global city-regions: trends, theory, policy*. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. *The global city: New York, London, Tokyo*. 2.ed. Princeton: Princeton University Press, 2001b.

_____. Locating cities on global circuits. In: SASSEN, Saskia (Ed.). *Global networks, linked cities*. New York: Routledge, 2002.

SCHIFFER, Sueli Ramos. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999.

_____. São Paulo: articulating a cross-border region. In: SASSEN, Saskia (Ed.). *Global networks, linked cities*. New York: Routledge, 2002.

SCOTT, Allen J. *New industrial spaces*. Londres: Pion, 1988.

_____. *Regions and the world economy*. New York: Oxford University Press, 1998.

_____; AGNEW, John; SOJA, Edward W.; STORPER, Michael. Global city-regions. In: SCOTT, Allen J. (Ed.). *Global city-regions: trends, theory, policy*. New York: Oxford University Press, 2001.

STORPER, Michael. A industrialização e a questão regional no terceiro mundo. In: VALLADARES, Lícia; PRETECEILLE, Edmond (Org.). *Reestruturação urbana: tendências e desafios*. São Paulo: Nobel, 1990.

TAVARES, Hermes Magalhães. Reestruturação econômica e as novas funções dos espaços metropolitanos. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). *Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores*. Buenos Aires: Clacso, 2000.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *World Investment Report 2001: promoting linkages*. Genebra: UNCTAD, 2001.

_____. *UNCTAD Handbook of Statistics*. Genebra: UNCTAD, 2002b.

_____. *World Investment Report 2002: transnational corporations and export competitiveness*. Genebra: UNCTAD, 2002.

Reestruturação urbano-
Regional em São Paulo:
falácias e fantasias do
apocalipse industrial
metropolitano
Rogério dos Santos Acca